

#naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014

#naovaitercopa: manifestations, World Cup and 2014 elections

Wagner de Melo Romão¹

Resumo: O artigo busca recuperar o processo das manifestações de junho de 2013, na tentativa de compreender os elementos que a caracterizaram. Pretende-se indicar como e porque a principal consequência política gerada pelas manifestações tornou-se a própria possibilidade de sua reedição, em junho de 2014, durante a realização da Copa do Mundo de Futebol, organizada pela FIFA e pelo governo brasileiro. Indica-se qual poderá ser a natureza e amplitude dos impactos de uma eventual nova onda de manifestações sobre as eleições gerais nesse ano. Defende-se que o elemento chave da questão está na capacidade do Estado, dos governos e de sua polícia em lidar com manifestações com repertórios relativamente novos e mais incisivos e violentos.

Palavras-chave: Manifestações de junho de 2013. Eleições 2014. Polícia.

Abstract: The article aims to recover the manifestations process of June 2013, in an attempt to understand the elements, which characterized it. It is intended to indicate how and why the main political consequences generated by the manifestations became its own possibility of a rematch in June 2014, during the hosting of the World Cup, organized by FIFA and the Brazilian government. It is suggested which may be the nature and extent of its impacts over the general election in this year. It is argued that the key issue is the ability of the State, the governments and their police in dealing with manifestations that have, relatively, new, persuasive, and violent ideas.

Keywords: Manifestations of June 2013. 2014 Elections. Police.

¹ Professor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Universidade Estadual Paulista – campus Araraquara e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma instituição. É pesquisador do Núcleo Democracia e Ação Coletiva, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). É coordenador do Grupo de Pesquisa Participação, Democracia e Políticas Públicas. E-mail: romao@fclar.unesp.br.

Introdução

As manifestações de junho de 2013 não acabaram. Ao contrário, seu espectro permanecerá para sempre a atormentar governantes de plantão e os comandos policiais. Inaugurou-se algo inédito no país, manifestações de massa com dezenas de milhares de pessoas, sem uma liderança que pudesse exercer controle supremo sobre suas ações.

A perplexidade das autoridades políticas se transforma em angústia com a aproximação do período da Copa do Mundo FIFA no Brasil. Reedição de junho de 2013 em junho de 2014? Haverá manifestações de porte semelhante? E a ação da polícia? Qual o eventual impacto na sucessão eleitoral para governadores e presidente?

Esse artigo busca recuperar o processo das manifestações de junho, na tentativa de compreender os elementos que a caracterizaram. Buscaremos indicar como e porque a principal consequência política das manifestações daquele junho se tornou naquilo que tem aparecido para alguns como uma ameaça, para outros como algo desejado: a possibilidade de reedição das manifestações de junho, desta vez em pleno período de realização da Copa do Mundo de Futebol, organizada pela FIFA e pelo governo brasileiro.

O artigo se divide em três partes, além dessa pequena introdução: na primeira parte, elenca-se os elementos essenciais de manifestações ocorridas pelo país *antes* de junho de 2013, todas elas calcadas pela luta pela revogação do aumento de tarifas do transporte público. Busca-se, assim, recolocar os termos mais concretos do fenômeno político ocorrido. Na segunda parte, retoma-se em três momentos as manifestações de junho, buscando indicar a dinâmica dos protestos – do passe livre ao padrão FIFA – e propondo uma visão sobre seu elemento político mais explosivo: como os governos de maneira geral e seu aparato repressivo, sobretudo as polícias militares, atuaram nas manifestações. Na terceira parte, a conclusiva, discute-se os impactos das manifestações sobre a popularidade do governo Dilma Rousseff e, sob o espectro da *hashtag*

#naovaitercopa, o que poderá ocorrer se tivermos em 2014 uma reedição dos protestos de 2013.

2. As manifestações antes de junho de 2013

Convencionou-se dizer que as manifestações de junho de 2013 tiveram origem nas mobilizações do Movimento Passe Livre no início daquele mês, na cidade de São Paulo. Também naquele início de junho, ocorreram mobilizações motivadas pelo aumento das passagens de ônibus no Rio de Janeiro. Essas duas capitais foram as últimas a realizar o aumento em 2013.

No entanto, a posse dos novos prefeitos em 1/01/2014 já motivara o aumento de passagens em dezenas, talvez centenas de cidades brasileiras. Para ficarmos apenas com as capitais, antes de junho o aumento já ocorrera em Aracaju, Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife e Vitória.²

Com os aumentos, vieram também as mobilizações e os protestos. Das grandes capitais, houve mobilização em janeiro em Recife³, entre fins de março e início de abril em Curitiba⁴ e Porto Alegre⁵, em que se conquistou a reversão do aumento da passagem; em maio, Natal, Goiânia e Aracaju⁶. Os aumentos e os protestos não se restringiram às grandes capitais. Ocorreram atos em Piracicaba (janeiro, Movimento Pula Catraca)⁷; Poços de Caldas (janeiro, Movimento de Ação Popular)⁸; Campina Grande-PB (janeiro)⁹; Araraquara (abril, Movimento

² <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-capitais-que-tiveram-aumento-nas-tarifas-de-onibus-em-2013.html>

³ <http://www.youtube.com/watch?v=FlzHgmNhBx0>

⁴ <http://www.youtube.com/watch?v=k02a-PwCFs4>

⁵ <http://www.youtube.com/watch?v=PoLuEXcurBQ>

⁶ <http://www.youtube.com/watch?v=8rsRfAgL87E>

⁷ <http://www.youtube.com/watch?v=b01EfeqVy2g>

⁸ http://www.youtube.com/watch?v=6UEymgjsK_o

⁹ <http://www.youtube.com/watch?v=HGzCQk251FE>

Transporte Justo)¹⁰. Certamente também em outras dezenas de cidades devem ter ocorrido ao menos pequenas mobilizações, de algumas dezenas de pessoas.

Essa relação de cidades e de mobilizações anteriores a junho indicam alguns fatores relevantes. Primeiro: junho não foi feito de mobilizações “espontâneas”. Houve muita organização prévia, calcada sobretudo entre grupos de estudantes, vinculados ou não a partidos políticos. Em alguns casos, com apoio de sindicatos, em geral de professores.

Segundo: a fagulha que gerou a movimentação coletiva é um dos mais graves problemas das cidades brasileiras, sobretudo as metrópoles, o transporte coletivo. Trata-se de uma política pública que afeta diariamente milhões de brasileiros e que, de maneira geral, é altamente precária. Desse modo, as mobilizações para a reversão dos aumentos tende a ser vista como absolutamente justa por grandes parcelas da população, sejam ou não usuários do transporte coletivo.

Terceiro: essas primeiras mobilizações tinham, ao mesmo tempo, caráter local e, ainda que não exposto claramente, caráter nacional. No ano de 2013, o calendário eleitoral influenciou diretamente sobre o aumento de passagens, pois a prática de não se aumentar tarifas em ano de eleições é algo consolidado em todo o país. O *timing* dos aumentos e, em consequência, das mobilizações, fez coincidir muitos aumentos em muitas cidades importantes. Isto é, já houvera manifestações ao longo do primeiro semestre, em dezenas de localidades, no momento em que a demanda pela reversão do aumento das passagens explodiu em São Paulo e no Rio de Janeiro, em junho.

Quarto: embora seja uma tese de difícil comprovação empírica – para isso teríamos que utilizar novos recursos de pesquisa¹¹ – é muito provável que o uso cada vez mais intenso das redes sociais (especialmente o Facebook e o Twitter) tenha propiciado a articulação entre os grupos de manifestantes das diversas cidades onde ocorreram protestos. A navegação na internet amplifica a circulação

¹⁰ <http://www.youtube.com/watch?v=Ngz0WjDsskA>

¹¹ Destaca-se uma metodologia de acompanhamento das manifestações em São Paulo elaborada por Tiago Pimentel e Sergio Amadeu da Silveira, no artigo *Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013*, em <http://portal.interagentes.cc/?p=62>.

de informações sobre as manifestações – possibilita-se “participar” da manifestação mesmo não se estando nela presencialmente – e sobre suas consequências, repercussões etc. Vale lembrar que esse fator já foi utilizado como eixo explicativo para outros ciclos de protestos pelo mundo, como na Tunísia, Egito, Síria, Turquia, embora entendamos que seja certo que as novas tecnologias apenas ampliam movimentos que tenham alguma base tradicional de organização.

Quinto: na maioria das cidades em que esses atos ocorreram é difícil perceber uma relação mais forte com os partidos políticos. Não parecem ter sido protestos liderados por cúpulas partidárias, mesmo as de esquerda mais radical. As imagens sugeridas nas notas de rodapé não mostram bandeiras de partidos políticos. Portanto, não se caracterizam como movimentos de oposição aos governos, apresentando uma conexão muito direta com o teor das mobilizações, a reversão do aumento das passagens. Algo que, quando as mobilizações tomaram corpo, os distinguiu fortemente do último grande ciclo de protestos pelo país, o Fora Collor, liderado pelas forças de oposição àquele governo.

Base organizada; demanda forte e justa; manifestações com motivo local, mas expressão nacional; organização potencializada pelo uso das redes sociais na internet; e pouquíssima relação com partidos políticos: esses fatores, portanto, já estavam configurados nas manifestações anteriores a junho de 2014 e formaram o caldo de cultura política que sustentou o grande ciclo de protestos ocorrido naquele mês. Entretanto, outros fatores entraram em campo, como veremos no próximo tópico.

3. As manifestações de junho de 2013

Momento 1 – A pauta é o passe livre, a liderança é do MPL e a mídia é contra

É possível dizer que, desde que começaram as primeiras manifestações do Movimento Passe Livre, no início do mês de junho de 2013, iniciou-se também uma disputa pelo sentido mesmo das manifestações. Passado o primeiro momento plenamente identificado com a questão da passagem de transporte coletivo, a disputa por esse sentido se deu nos meios de comunicação, no debate acadêmico e,

o que é ainda mais sintomático da característica peculiar do que ocorreu em junho, nas próprias ruas.

Quando ainda não se imaginava a amplitude que ganhariam os protestos por todo o país e o foco dos movimentos em São Paulo e depois no Rio de Janeiro era evidente – a revogação do aumento da passagem de ônibus e metrô – a reação dos meios de comunicação foi de repúdio ao MPL. O tom era o do editorial da Folha de S. Paulo do dia 13 de julho de 2013, que seria o dia da quarta manifestação do MPL. Intitulado “Retomar a Paulista”¹² – um apelo direcionado à Polícia Militar e à Prefeitura – o texto não economizava adjetivos: “jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária”, “grupelho”, “condição marginal e sectária”, “os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes...”, “oportunismo corporativista” e por aí foi. O editorial não era exceção na mídia paulista. O centro do argumento:

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir – menos ainda quando é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões. (Folha de S. Paulo, 13/06/2013, p. 2).

Aqueles primeiros atos foram marcados por uma relação de conflito aberto entre a polícia e os manifestantes. Já no primeiro ato, ocorrido no dia 6 de junho, iniciado no Teatro Municipal e que foi até a Avenida Paulista, houve repressão policial com violência e depredação do patrimônio público (metrô, pontos de ônibus) e da propriedade privada (agências bancárias, principalmente). O MPL divulga em nota:

O Movimento Passe Livre não incentiva a violência em momento algum de suas manifestações, mas é impossível controlar a frustração e a revolta de milhares de pessoas com o poder público e com a violência da Polícia Militar.¹³

O Movimento Passe Livre, em seus distintos grupos locais, se caracteriza por não ter pavimentado canais de diálogo com o Estado. As causas para isso são relativas à própria natureza do MPL. Trata-se de um movimento social “clássico”,

¹² <http://folha.com/no1294185>

¹³ Nota sobre a manifestação do dia 6. Movimento Passe Livre. In: <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/07/nota-sobre-a-manifestacao-do-dia-6/> Acesso em 19/01/2014.

não institucionalizado, que demanda ações do Estado sem se comprometer com a apresentação de soluções ou com meios termos, bem próprio do que propõe a teoria do confronto político¹⁴ (McAdam, Tarrow, Tilly, 2001; Tarrow, 2009). Sua própria bandeira de lutas, o passe livre / tarifa zero – ou seja, nenhum pagamento de transporte público e a garantia da mobilidade do cidadão como um dever do Estado – é absolutamente explosiva pois, em última instância, a demanda se organiza ao estilo de um jogo de perde/ganha: ou se conquista o passe livre – e o movimento sai vitorioso – ou permanece tudo como está – e o movimento perde. É evidente que a situação atual, pós-junho, configura-se em um momento de vitória do movimento, com o aumento da passagem barrado em várias cidades. No entanto, salvo engano, isso não ocorrera em larga escala desde o início do movimento organizado, em meados da década passada.¹⁵

Após anterior ciclo de atos em que não obteve sucesso, ocorridos em 2011, em pleno governo Kassab, a novidade nos atos do MPL em São Paulo foi a realização continuada de atos em regiões nevrálgicas da cidade.

Incorporando o aprendizado desse período [de 2011], a estratégia para 2013 era a de realizar atos grandes e de maior impacto, em vias mais centrais, e com curto intervalo de tempo entre eles, de maneira a asfixiar o poder público, fazendo jus ao lema do MPL: “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar!”. Ao invés de uma campanha longa e com atos

¹⁴ Um exemplo sobre como a teoria do confronto político define movimento social está em Tarrow (2009: 27): “O confronto político surge como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. A partir dessas oportunidades e usando repertórios conhecidos de ação, pessoas com recursos limitados podem agir de forma contenciosa – embora esporadicamente. Quando suas ações se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos. Em tais casos – e apenas em tais casos – estamos diante de um movimento social.” Essa definição sintetiza o modo como essa escola de autores liderada por Charles Tilly utilizou um conjunto de categorias (oportunidades, repertórios, quadros culturais) para delimitar e renovar o debate sobre os movimentos sociais, nos anos 1980 e 1990, a partir de um conjunto de pesquisas sobre revoluções e ciclos de confronto, nos Estados Unidos e na Europa. Sigamos com a citação, que estabelece o significado dos termos destacados acima: “Quando o confronto se espalha por toda uma sociedade, como às vezes acontece, vemos um ciclo de confrontos; quando tal ciclo é organizado em torno de soberanias opostas ou múltiplas, o resultado é uma revolução”.

¹⁵ O MPL reconhece a Revolta do Buzu, ocorrida em 2003 em Salvador (Bahia), como o primeiro protesto que ocorreu sobre seus princípios organizativos. Em 2004, em Florianópolis, houve a Revolta da Catraca, como em Salvador, um intenso movimento contra reajuste de tarifas que paralisou as principais vias da cidade. Em 2005, na quinta edição do Fórum Social Mundial, ocorrida em Porto Alegre, os grupos ali reunidos se articularam no MPL. Ver <http://www.mpl.org.br/?q=node/1>. Acesso em 19/01/2014. Sobre os primórdios do MPL, ver também Ortellado et al. (2013) e Dowbor, Szwako (2013).

semanais, como em 2011, a ideia agora era uma campanha com menor duração e maior intensidade” (Ortellado et. al., 2013: 26)

A primeira manifestação ocorreu no dia 6, a segunda no dia 7, a terceira no dia 11 e a quarta no dia 13 de junho. O número de manifestantes foi crescente e a repressão policial também.

A extrema violência da polícia na quarta manifestação marca a virada nos editoriais das mídias com relação ao movimento. Esse momento foi crucial e se deu “ao vivo”, quando chegaram as primeiras imagens de cinegrafistas e repórteres atingidos por balas de borracha. Isso já havia acontecido nos dias anteriores, mas foi no dia 13 que a mídia televisiva suspendeu a programação normal e manteve os canais abertos na cobertura das manifestações e da ocupação da Avenida Paulista pela PM. Além disso, talvez pela primeira vez em coberturas de canal aberto no Brasil, as imagens e sons gerados pelos coletivos de mídia digital (a mais célebre se tornou a Mídia Ninja¹⁶) que pululavam nas redes sociais da internet começaram a pautar a mídia grande.

Momento 2 – A violência da PM entra em campo: a pauta se amplia, a mídia apoia e as manifestações se espalham pelo país

Inicia-se o segundo momento do ciclo das manifestações, mais precisamente no dia 17 de junho, dia da grande manifestação que reuniu cerca de 70 mil pessoas a partir do Largo da Batata, em Pinheiros, zona oeste de São Paulo. Nesse dia também ocorreram as maiores manifestações até então nas principais cidades do Brasil. Em Brasília, foi a noite da tentativa de ocupação do prédio do Congresso Nacional e do Palácio do Itamaraty.

Ocorre, então, que a reivindicação pela tarifa zero já não era o elemento mobilizador. “Não é por centavos, é por direitos” passou a ser a palavra de ordem das manifestações convocadas pelo MPL. A extrema violência policial, decantada pela mídia e pelas redes sociais no fim de semana, fez com que o movimento transbordasse, ou seja, passasse a ser algo que significava para a sociedade como

¹⁶ <http://midianinja.tumblr.com/>

um todo de maneira que a questão da tarifa do transporte público já não era mais o foco (ou o único foco) das reivindicações. A própria utilização da rua como espaço público, societário, passou a ser o centro do que praticavam naquela noite em São Paulo. A ação descerebrada da polícia, legitimada pelos editoriais do dia 13, provocou essa mudança. Ainda que não de maneira direta, na prática a própria liderança do MPL sobre as manifestações foi desafiada pela pluralidade dos dizeres dos cartazes e das demandas.

No fim de semana (dias 15 e 16 de junho) alterou-se o tom dos editoriais e das imagens televisivas. Ortellado et. al (2013) – em minuciosa pesquisa sobre as revistas, programas de televisão e posts nas redes sociais daqueles dias – apontam para uma relação sinérgica entre o repúdio à repressão policial pela mídia grande e, ao mesmo tempo, um reforço simbólico à dispersão da pauta e à caracterização dos atos como um grito da juventude contra a corrupção e, sobretudo, aos gastos com a Copa do Mundo FIFA. A segunda publicação mais compartilhada nas redes sociais era a seguinte, conforme os autores apontam:

Copa FIFA = 33 bilhão\$

Olimpíada = 26 bilhão\$

Corrupção = 50 bilhão\$

Salário Min. = 678 reais\$

e você ainda acha que é por 20 centavos???

O que teria ocorrido? O elemento disparador da mudança na agenda e na pauta foi, sem dúvida, a truculenta repressão policial. Ela reforçou a legitimidade da demanda do MPL e pôs um ponto final na disputa – que estivera presente nos três atos anteriores – sobre qual das partes teria sido a causadora dos “excessos” (se os manifestantes depredando ou os policiais reprimindo). A violência gratuita da polícia e a vitimização da própria mídia grande colocou o movimento e os meios de comunicação de massa do mesmo lado. Já, inclusive, se captava por meio de pesquisas de opinião que a maioria da população paulistana apoiava as manifestações. Pesquisa do Datafolha realizada no dia 13 de junho apontou que

55% dos paulistanos apoiava as manifestações, sendo de 69% o apoio entre as pessoas com nível superior.¹⁷

A ampliação (ou dispersão) da pauta se deu tanto pelo próprio MPL, que reforçou sua luta por se manifestar aonde e quando quiser – pauta ao mesmo tempo liberal (no sentido clássico) e da esquerda que se juntou ao movimento por se insurgir à PM – como também pela ação da mídia que dá destaque às imagens e cartazes contra a corrupção, contra os políticos, por mais qualidade dos serviços públicos, pela denúncia dos gastos com a Copa do Mundo FIFA. Sem fazer autocrítica,¹⁸ a mídia que anteriormente pedia por mais energia da polícia, passa a louvar os jovens que “acordaram o Brasil”.

Momento 3 – A Copa das Confederações entra em campo: os protestos duram até o apito final de Brasil x Espanha

Do dia 17 (da grande passeata “por direitos”) até o dia 19 de junho (da revogação das passagens no Rio de Janeiro e em São Paulo) foram horas de intensas manifestações e protestos por todo o país. Se é verdade que o foco político já havia também transbordado dos prefeitos aos deputados, senadores e à presidenta da República, ainda era a decisão sobre as tarifas nas duas maiores cidades do país que se esperava.

Com a revogação dos aumentos, muito embora tenha permanecido em vigor a pauta difusa, a repulsa à Copa do Mundo – naquele mês, à Copa das Confederações – passou a ser o elemento unificador das manifestações. A crítica ao gasto generalizado de dinheiro público na reforma dos antigos estádios / novas arenas, às remoções de grupos vulneráveis pelas remodelações urbanísticas, à própria FIFA: é possível dizer que, dia após dia, a “base material” dos protestos se

¹⁷ <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1295431-paulistanos-aprovam-protestos-mas-rejeitam-vandalismo-e-tarifa-zero.shtml> Acesso em 20/01/2014. Outro resultado de pesquisa, essa sem caráter científico, foi o episódio envolvendo o apresentador José Luís Datena, no programa Brasil Urgente da TV Bandeirantes, em que, apesar da condenação dos protestos pelo apresentador, a maioria dos telespectadores se mostravam favoráveis aos protestos, inclusive “com baderna”. Para uma descrição do episódio ver Ortellado et. al (2013: 126-128). Para o vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=0XOnYntEfAw>

¹⁸ À exceção de Arnaldo Jabor, faça-se justiça: <http://www.youtube.com/watch?v=Zl1H8claUus>.

transferia, com o início da Copa das Confederações, no dia 15 de junho, do aumento das passagens de ônibus para o espetáculo futebolístico patrocinado pelo dinheiro público.

Com a saída do MPL da liderança das manifestações, decisão tomada no dia 21 a partir do que ocorrera no ato do dia 20 de junho em São Paulo,¹⁹ os protestos passam a ter nos Comitês Populares da Copa (CPC) a sua base organizada.²⁰ A organização dos CPC se origina ainda em fins de 2010, a partir da realização de dois seminários sobre os impactos urbanos e as violações de direitos ocorridas por ocasião de megaeventos esportivos pela contraposição aos termos da Lei Geral da Copa (Dowbor, Szwako, 2013: 48), um ocorrido em São Paulo e outro no Rio de Janeiro.

Houve manifestações convocadas pelos CPCs locais nos dias de jogos do Brasil na Copa das Confederações, em Brasília (dia 15), Fortaleza (dia 19), Salvador (dia 22), Belo Horizonte (dia 26) e Rio de Janeiro (dia 30), além de atos com menor repercussão ao longo do torneio. Todas com confrontos com a polícia.

Após o término da Copa, os protestos refluíram, embora tenham se reconfigurado em cidades como Fortaleza²¹ e Rio de Janeiro.

Vale a pena uma menção especial ao Rio. A continuidade das manifestações esteve diretamente ligada à greve dos professores estaduais e do município,

¹⁹ O MPL-SP havia convocado uma nova manifestação para o dia 20 de junho, na Avenida Paulista. Mesmo com a revogação do aumento no dia 19, manteve a convocação. Naquela noite houve uma grande concentração de pessoas por toda a Avenida. Militantes de partidos políticos (como o PT, PSTU, PCO, PSOL e PCdoB) e de movimentos sociais vão à manifestação e são hostilizados por manifestantes e grupos de extrema-direita. Uma amostra em São Paulo (<http://www.youtube.com/watch?v=wzEIZuXi3S4>) e também no Rio de Janeiro (http://www.youtube.com/watch?v=gqXBFTM_7KQ).

²⁰ <http://br.esporteinterativo.yahoo.com/noticias/soccer--ap%C3%B3s-manifesta%C3%A7%C3%A3o-em-bras%C3%ADlia--comit%C3%AA-popular-da-copa-promete-a%C3%A7%C3%B5es-nas-12-cidades-sedes-155539628.html>

²¹ Em Fortaleza, desde o dia 12 de julho, manifestantes ocuparam uma área do Parque Ecológico do Rio Cocó, importante reserva de bioma de mangue daquela cidade e que vem sendo pressionada pelo processo intenso de construções irregulares em seus limites. No *Ocupe o Cocó* os manifestantes se insurgiram contra a construção de dois viadutos pela Prefeitura de Fortaleza, que passarão por área do parque. O movimento se marcou pela luta por uma mobilidade urbana alternativa aos carros particulares, com respeito aos pedestres e ciclistas e durou quase três meses. No dia 4 de outubro a Polícia Militar realizou a desocupação da área, determinada pela Justiça Federal. Para ver imagens da desocupação do Parque do Cocó, http://www.opovo.com.br/app/galeria/2013/10/04/interna_galeria_fotos.1119/imagens-da-desocupacao-do-coco-pela-policia.shtml

iniciada em 8 de agosto. O desfecho ocorreu no dia 24 de outubro, após acordo firmado entre o sindicato e o governo, com intermediação do Supremo Tribunal Federal. Ao longo do período, muitas manifestações de rua, ocupação da Câmara Municipal e confronto com a polícia. As manifestações se caracterizaram pela atuação dos *black blocs* como agentes de proteção aos professores em greve nos confrontos. O caso do desaparecimento do pedreiro Amarildo quando estava sob a guarda dos policiais da Unidade de Polícia Pacificadora da Rocinha, em 14 de julho, também deu lugar a muitas manifestações e colocou ainda mais o aparato policial do Estado em questão.

O caso do Rio de Janeiro expressou, de maneira isolada, um clima próximo do que ocorrera nas manifestações de junho. Nos meses de julho até outubro, seguidas pautas mantiveram acesa a chama do protesto. Além do caso Amarildo e da greve dos professores, as seguidas manifestações que pediam a renúncia de Sergio Cabral. Entre julho e agosto, manifestantes ocuparam a rua do Leblon em frente à sua residência. A mídia – que nos meses de junho acompanhava fervorosa as manifestações – passou a manter distância e voltou a criticar os métodos dos manifestantes. Os *black blocs* tornaram-se inimigos públicos.

Por muitas vezes, ao longo desse período, percebeu-se o aparato policial desorientado, sem saber como lidar com a situação, entre a obrigação constitucional e moral de preservar o direito à livre manifestação e a necessidade de conter os excessos dos manifestantes. As manifestações de junho trouxeram às ruas de maneira seguida – e isso se prolongou no Rio de Janeiro pelo menos até fins de outubro – dezenas de milhares de pessoas, quase diariamente. E com uma disposição – e organização para – ao confronto com a polícia poucas vezes vista na história do país. O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, deu a seguinte declaração, ainda no mês de julho

Trata-se de uma turba, de ações difíceis, complexas, em que por vezes colocam a polícia entre a prevaricação e abuso de autoridade. A solução é intermediária. O problema é que se busca essa solução em meio a um cenário. [Há] que ter discernimento em cada detenção. Estamos aprendendo nesse processo. São 30 dias de manifestações com coisas como coquetéis molotov, pessoas mascaradas, estilingues incendiários e

pedras portuguesas arremessadas contra policiais. Não há planejamento rígido. Não existe protocolo no mundo para atuar com turba.²²

3. #naovaitercopa: das manifestações às eleições de 2014

Esse tópico se foca em como as manifestações de junho afetaram a popularidade do governo Dilma Rousseff. Essa análise indica o que pode ocorrer no período da Copa do Mundo FIFA (entre junho e julho de 2014) e também de que modo a disputa presidencial pode ser impactada por um eventual novo ciclo de manifestações.

Que impactos tiveram as manifestações de junho na política em nível nacional? As imagens da multidão descontrolada e incontrolável na cúpula do edifício do Congresso Nacional e a quase invasão ao Palácio do Itamaraty, em Brasília, na noite de 20 de junho, mostraram que o clima de revolta popular havia chegado ao centro do poder no país. A tentativa de resposta da presidenta Dilma Rousseff ficou relacionada à proposição de cinco “pactos” dirigidos aos políticos e à sociedade brasileira. Os pontos eram os seguintes: 1) responsabilidade fiscal que sustentasse uma posição de firme combate à inflação, àquele momento em alta; 2) reforma política, concretizada na controversa proposta de um plebiscito sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para o tema. Ainda a esse tema foi ajuntada a proposta de que se aprovasse legislação mais rígida contra a corrupção, elevando-a a categoria de crime hediondo; 3) saúde, com mais investimentos e a contratação de profissionais estrangeiros para o Sistema Único de Saúde para áreas remotas do país, o que deu origem ao Programa Mais Médicos; 4) transporte coletivo, com a proposta de desoneração de PIS e Cofins do óleo diesel e energia elétrica, além de mais investimento em obras de mobilidade urbana; e 5) educação, com a proposta de destinação de 100% dos royalties do petróleo e de 50% do pré-sal para as políticas educacionais.

Nesse momento – o anúncio das propostas se deu no dia 24 de junho, quando Dilma havia recebido representantes do MPL e, logo depois, dos governos dos estados da Federação – as pesquisas sobre a popularidade ainda não haviam

²² <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/07/policia-militar-do-rio-parou-ha-cinco-anos-de-orientar-policiais-a-lidar-com>. Acesso em 24/01/2014.

chegado ao seu máximo negativo. Entre abril de 2012 e fins de março de 2013 a aprovação do governo Dilma, medida pelo Instituto Datafolha, oscilava entre os 62 e 65 pontos percentuais de ótimo/bom. Pesquisa realizada nos dias 6 e 7 de junho, quando ainda as manifestações não haviam deslanchado, indicava uma queda desse patamar para os 57%, algo nada alarmante. Entretanto, as pesquisas realizadas nos dias 27 e 28 de junho registraram todo o clima das manifestações, com uma queda para 30% de ótimo/bom.

Dentre os “pactos” apresentados, dois foram os que ganharam mais atenção da mídia e do debate político. Em um primeiro momento, ainda quando o governo federal se encontrava acuado pelas manifestações e os números negativos das pesquisas, tratou-se da questão do plebiscito para a reforma política. As inúmeras variáveis possíveis em se tratando dessa matéria, a contrariedade da base do governo e, certamente, o fantasma do bolivarianismo neoconstitucionalista em um período de acirramento ideológico fizeram por sepultar a proposta.

Mas, talvez pela centralidade que a questão da saúde pública ocupa na realidade e no imaginário brasileiro como uma área em estado de permanente calamidade, o Programa Mais Médicos parece ter sido decisivo para a retomada da iniciativa do debate público pelo governo Dilma. O Mais Médicos foi fortemente criticado pela própria imprensa e pelas oposições como um programa paliativo, o que corria pelas redes sociais era a denúncia da “ameaça cubana”, pois o principal manancial de médicos no esforço inicial do programa seria o acordo estabelecido com Cuba para a vinda de profissionais daquele país.

No entanto, a chegada dos médicos nos aeroportos do país, amplamente televisionada e divulgada pela internet, gerou duas características do programa que nos parecem fundamentais para que se revertesse o estado de ânimo inicial: 1) o que se via pela TV era um programa que, recém-anunciado, já se tornava efetivo, o que gera a sensação do “pelo menos algo está sendo feito”; 2) a reação dos conselhos regionais de medicina frente à chegada dos médicos cubanos, que chegou às raias do racismo em algumas localidades, se reverteu para o apoio e simpatia por histórias dos médicos estrangeiros que enfrentavam situações que os formados no Brasil não desejavam.

Já na pesquisa Datafolha realizada de 7 a 9 de agosto, a aprovação do governo Dilma voltava a subir para 36%. Chegou a 41% na pesquisa realizada em 28 e 29 de novembro de 2013. Ou seja, passado o período de instabilidade e de perturbação da ordem pública – seja pelos manifestantes, seja pela polícia – e, ao mesmo tempo e principalmente, com o aparecimento de uma forte agenda positiva com o Mais Médicos, a avaliação positiva do governo Dilma foi retomando uma situação positiva que deve se sustentar até o início do período eleitoral. Nas últimas pesquisas eleitorais, Dilma permanece com cerca dos 40% de intenção de voto e pode vencer as eleições no primeiro turno.

No entanto, permanece o espectro da reedição das manifestações de 2013 em 2014. Sob o símbolo da *hashtag* #naovaitercopa – que segue rondando as redes sociais aqui e acolá – a realização da Copa do Mundo, em ano eleitoral, que era vista pelos governantes – como um grande trunfo político, passou a ser motivo de insônia após o que ocorreu em 2013.

Por tudo isso passa o que é a questão chave que ocupou centralidade quando das manifestações de junho, idem quanto à continuidade das manifestações no Rio de Janeiro: a capacidade do Estado, e de sua polícia, em lidar com manifestações com repertórios relativamente novos e mais incisivos (ou violentos). Esse foi o elemento político mais delicado dos protestos de junho e que continuou com mais força na capital fluminense, com o protagonismo dos *black blocs* e todo o debate sobre como a polícia deve combatê-los.

É claro que o abuso da autoridade policial e a predisposição a resolver os conflitos na base “do (batalhão de) Choque” grassa no país e, obviamente, em benefício do poder econômico e do poder político. Na Copa do Mundo prevalecem os interesses desses dois poderes. Porém, sobretudo com a proximidade das eleições, uma eventual repetição de situações de uso desproporcional da força pelas forças policiais repercutirá negativamente aos políticos no poder. É claro também que boa parte dos eleitores é de perfil conservador e gosta de ações que “coloquem ordem na baderna”. No entanto, sobretudo se for atingida, é possível – como ocorreu a partir daquele dia 13 de junho em São Paulo – que a imprensa/mídia passe a uma atitude de denúncia da violência e a pressão sobre os governantes e comandantes em chefe das polícias militares aumente. Além do que,

certamente, os órgãos internacionais de imprensa devem escalar não apenas comentaristas e repórteres esportivos para cobrir a Copa, mas também gente especializada nas páginas políticas e policiais.

A possibilidade da reedição das manifestações no período da Copa é grande. Menos pela força do MPL, pois as bases concretas para sua liderança não serão as mesmas. Mas, será o grande momento para a articulação dos Comitês Populares da Copa, que tem tudo para se tornarem a base política de protestos. Obviamente a oposição política em nível nacional torce a favor, assim como parte considerável da mídia grande. Parece ser a única possibilidade de que os índices de intenção de voto na atual presidenta diminuam. Mas o tabuleiro político é complexo, pois muitos governadores candidatos à reeleição também podem sair chamuscados. Os governantes vão fazer de tudo para que a Copa ocorra sem maiores confrontos. Ao movimento social clássico cabe protestar contra o que consideram injusto ou ignóbil. Os mais afoitos querem o fim do capitalismo. Haverá trégua?

Bibliografia

DOWBOR, M; SZWAKO, J. (2013). Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos Cebrap*, n. 97, novembro, p. 43-55.

MCADAM, D., TARROW, S. e TILLY, C. (2001). *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press.

ORTELLADO, P. et. al. (2013). *20 centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.

ROMÃO, W. M. (2013). As manifestações de junho e os desafios à participação institucional. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 4. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), p. 11-17.

TARROW, S. (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes.